

Governa mais quem governa menos

IVES GÂNDRA DA SILVA MARTINS



Giscard d'Estaing, em seu livro "La Démocratie Française", ao contrário de Montesquieu, dividia os poderes em quatro, a saber: o poder político, o poder sindical, o poder econômico e o poder da imprensa. E concluía que um país só será efetivamente democrático se possuir os quatro poderes autênticos, independentes e desvinculados uns dos outros.

Pelo modelo do ex-presidente francês, o Brasil longe está de ser uma democracia.

No país, o poder político é também econômico. Melhor dizendo, é mais poder econômico que o próprio poder econômico (leia-se o poder da iniciativa privada). O Estado é o maior e o pior empresário brasileiro, exibindo sua incompetência gerencial por todos os cantos do país. Como mau empresário, é o principal responsável pelos problemas que a economia brasileira apresenta, causador da inflação no passado e destruidor do Plano Cruzado no presente, já que, por sua inata indisciplina, monopoliza o ágio, que combate na iniciativa privada, através do brutal aumento de tarifas e tributos. E nem por isto elimina o déficit público. Sua sofrível "performance" tem trazido da confiabilidade no plano de estabilização, sendo que a demanda esquentada outra coisa não representa que a desconfiança popular nas promessas, de resto nunca cumpridas, do governo de que a inflação seria zero e que o déficit público estaria reduzido à sua expressão nenhuma.

O poder político, sendo poder econômico também, contamina o que resta da iniciativa privada, cujas timidez e insegurança transformam-na em poder dependente, enfraquecido e sem horizontes.

O poder da imprensa mantém, por enquanto, maior autonomia, mas nem por isto se encontra com liberdade plena, mormente quando pode o Estado, pelas cadeias nacionais e pela publicidade de suas empresas estatais, influenciar decididamente a opinião pública, falando de verdades, meias-verdades e mentiras, que terminam por desorientar e frustrar a nação por inteiro.

O poder sindical, por outro lado, não é poder sindical. É poder político de oposição, vale dizer, é um poder que objetiva mais a projeção política de seus líderes, alguns já enquistados em mandatos representativos, e menos os naturais problemas dos assalariados e profissionais liberais.

Neste quadro, compreende-se que a democracia brasileira seja apenas retórica e que o presidente continue governando por decretos-leis, decidindo, em nome de 130 milhões de brasileiros, o que é "bom" para 130 milhões de brasileiros, sem a necessidade de consultar os 130 milhões de brasileiros. E compreende-se que o poder sindical seja apenas um poder de oposição, que programa movimentos grevistas, com cunho exclusivamente político, objetivando a conquista do governo.

A evidência, o Brasil é composto de uma democracia formal e de uma ditadura real, em que o povo nele incluídos os estudantes, os trabalhadores e os empresários, assiste à luta pelo poder político entre os beneficiá-

rios de um sistema inautêntico, que os guindou a possuir o governo, e aqueles que os desejam substituir à força. E assiste sabendo que, apesar de não participar dos resultados da batalha, suportará o ônus da corrosão democrática brasileira.

Somos favoráveis à tese giscardiana. O Brasil só será uma verdadeira democracia se os quatro poderes forem independentes e autônomos.

Ora, no concernente às greves nacionais, a pretexto de falsos motivos sindicais e de reais motivos políticos, são estas as menos democráticas fórmulas de obtenção de dividendos reais para o Brasil, visto que, em momento de crise, descompõem ainda mais as alternativas viáveis para o desenvolvimento. A nação apenas sairá do pantanal de problemas em que se afoga pelo pacto social de empregados e empregadores, contra o incorrigível vilão da economia brasileira, que é o Estado empresário, e contra a incompetência da desvirtuada máquina administrativa.

Em 1980, nos Estados Unidos, quando a inflação atingira dois dígitos anuais, os "sindicatos sindicais" e não "políticos" acordaram com a empresa "Chrysler" —para retirá-la da difícil situação em que estava— redução de salários, com o que obtiveram a manutenção de empregos, a recuperação do grupo e melhores salários posteriores, após o restabelecimento das forças produtivas e comerciais. Apenas líderes sindicais interessados na classe trabalhadora —e não em projetos políticos pessoais— podem ter este nível de visão, sabendo não recorrer à greve, que, se realizada, terminaria

por desestimular, de vez, a empresa em dificuldades.

Dizíamos, na conferência de abertura do Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor em Curitiba (08/12/86), organizado pelo Instituto dos Advogados do Paraná e pela Universidade Federal daquele Estado, que o direito do cidadão só existirá no Brasil quando os "fiscais do Sarney" fiscalizarem o "governo Sarney", que é o grande produtor de bens e serviços, infelizmente de qualidade inferior e custo superior, nele incluído o ágio oficial (aumentos de impostos e tarifas após o Plano Cruzado).

Chegou o momento de união de esforços, em face da indimensionável crise econômica que a iluminada equipe planalana gerou para a nação. Empregados e empregadores devem se unir para controlar o governo, descontaminando-o de outros poderes que não deveria ter, disciplinando-o a não desperdiçar inutilmente a poupança nacional, obrigando-o a respeitar a ordem jurídica e os direitos da cidadania, exigindo que dê tranquilidade para que empregados e empregadores possam construir o Brasil do futuro, que alguns messiânicos senhores do poder teimam em destruir. E, à nitidez, as greves políticas são as que menos colaboram para ensinar o poder central de elemental lição, tão bem vivenciada pelos países realmente democráticos, de que governa mais, quem governa menos.